

Roberto Hofmeister Pich*

Sobre a filosofia da história de José de Acosta

On the Philosophy of History of José de Acosta

Abstract

In this study, we intend to explain the basic characteristics of the philosophy of history of José de Acosta S.J. (1540 – 1600), especially the way it is presented and unfolded in his *Historia natural y moral de las Indias* (1590). In the present text, we summarize the several parts of that work, and three different aspects of the historical discourse are explained and their interconnections made explicit. At the end, we make some comparative theoretical reflections on the full meaning of Acosta's philosophy of history.

Keywords: Philosophy of history; history of the Indias; Catholic missions in Latin America; natural history; moral history; sacred history.

Authors: José de Acosta.

Resumo

Neste estudo, pretende-se expor as características básicas da filosofia da história de José de Acosta S.J. (1540 – 1600), em especial o modo como ela é apresentada e implicitamente desenvolvida na sua *Historia natural y moral de las Indias* (1590). Resumem-se as diversas partes dessa obra, são explicados e integrados três diferentes aspectos de discurso histórico e, por fim, propõe-se algumas reflexões teóricas comparativas sobre o significado total da filosofia da história de Acosta.

Palavras-chave: filosofia da história; história das Índias; missões católicas na América Latina; história natural; história moral; história sacra.

Autores: José de Acosta.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, Doutor em Filosofia pela Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn, PUCRS, Porto Alegre, Av. Ipiranga 6681, Bairro Partenon, CEP: 90.619-900, Porto Alegre / RS, Brasil. Email: roberto.pich@pucrs.br; roberto.pich@pq.cnpq.br.

1. Introdução

José de Acosta nasceu em Medina del Campo, Espanha, em 1540, e ingressou na Companhia de Jesus em 1552. Foi na Universidade de Alcalá que, entre 1559 e 1567, obteve a sua formação em filosofia e em teologia. Em Lima chegou em 28 de abril de 1572, ficando no Peru até 1586. Ali, a sua atividade foi sobretudo de avaliação das missões católicas no Novo Mundo, até então, e de evangelização. Em particular, participou ativamente, como teólogo consultor, no III Concílio Limense (1582-1583)¹, de cujos «Catecismos» e «Sermonário» foi o autor principal. A sua atividade teológica mais estrita foi a de professor da «cátedra primeira» de Sagrada Escritura, na Universidad de San Marcos – fundada em 12 de maio de 1551. Há que se dizer, contudo, que desempenhou funções administrativas e docentes também em Cusco e fundou os colégios jesuítas de Arequipa, Potosí, La Paz, Charcas e, ainda, do Panamá. Em 1586, partiu para o México, onde permaneceu por cerca de um ano². Tendo retornado à Espanha em 1587, José de Acosta faleceu em 1600, em Salamanca, pouco depois de ter sido eleito reitor do colégio dos jesuítas³. Há consenso de que marco representativo do seu pensamento – e de grande repercussão na teologia – se acha na obra *De procuranda indorum salute*, completada já em 1576. Na afirmação de J. I. Saranyana, o desenvolvimento da teologia prática e da eclesiologia da Igreja Católica na América Latina, em fins do século 16, não pode ser bem entendido sem uma leitura atenta desse «manual missiológico»⁴. Com mais exatidão, cabe

¹ Cfr. sobre isso L. LOPETEGUI, «La labor del Padre José de Acosta S.J. en el Concilio III de Lima 1582-1583», *Revista de Indias* 3 (1942) 63-84.

² Especificamente sobre o período de atividade missionária de José de Acosta no Novo Mundo, cfr. L. G. C. CARDUCCI, *Nuovo Mondo e ordine politico. La compagnia di Gesù in Perú e l'attività de José de Acosta*, Il Cerchio, Rimini 1997, pp. 55-82.

³ Sobre a vida e a obra de José de Acosta cfr., por exemplo, E. O'GORMAN, «Apéndice Primero: Datos biográficos y bibliográficos del P. José de Acosta 1540 – 1600», in J. de ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, Fondo de Cultura Económica, México 1962, pp. LV-LXIV; J. ALCINA FRANCH, «Introducción», in J. de ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, (Cronicas de America, 34) Historia 16, Madrid 1986, pp. 8-23. Na mesma obra, cfr. também a «Bibliografía», pp. 41-42. Para um relato biográfico completo e circunstanciado, cfr. C. M. BURGALETA, *José de Acosta, S.J. (1540 – 1600). His Life and Thought*, Loyola Press, Chicago 1999, pp. 3-69. Cfr. ainda M. MARZAL FUENTES, *José de Acosta*, (Serie Forjadores del Perú, 2) Editorial Brasa, Lima 1993, pp. 7-44

⁴ Cfr. também J. I. SARANYANA et alii, *Teología en América Latina. Desde los orígenes a la Guerra de Sucesión (1493-1715)*, Iberoamericana – Vervuert, Madrid – Frankfurt am Main, Vol. I, 1999, pp. 154-156 (154-164), incluindo notas 7, 8 e 10.

dizer que a obra *De procuranda indorum salute* deve ser vista sobretudo como uma reflexão muito bem articulada sobre princípios, propósitos e resultados das missões católicas na América Latina, em especial no Peru, a partir de relatos e de apreciações de modelos, que justamente a partir desses pressupostos traça elementos de uma «teologia da missão»⁵.

Por sua vez, a obra de José de Acosta que leva o título *Historia natural y moral de las Indias*, publicada em 1590, em Sevilha⁶, consiste em uma monumental exposição histórica do Novo Mundo ou da parte do mundo então há poucas décadas «descoberta», a saber, a América. Ela é a história de uma parte do mundo *descoberta* e praticamente tudo o que relata e contém pode ser visto como *novidade*. O inventário de descobertas sobre o mundo poderia, de fato, ser muito extenso: Acosta descreve e pondera as razões sobre os efeitos do ar rarefeito nas altitudes da Cordilheira⁷; fala da cegueira causada pelo brilho da neve e do que os nativos conhecem para curá-la⁸; reconhece os prodígios da pedra imã e da bússola como indispensável às navegações no vasto oceano⁹; recebe e repassa informações precisas sobre o Rio Amazonas, oriundas de um frade que fizera parte do sonho de Diego de Aguirre¹⁰; sugeriu mais de um século antes do conhecimento do estreito de Bering que os povos da América Latina tinham migrado da Ásia, portanto, por terra contínua, para a América Latina¹¹; propõe

⁵ Cfr. J. L. HUYS, *José de Acosta y el origen de la idea de misión – Perú, siglo XVI*, (Cuadernos para la Historia de la Evangelización en América Latina, 19) CBC – Centro de Estudios Regionales Andinos «Bartolomé de Las Casas», Cuzco 1997, pp. 84-112. Cfr. também R. HOFFMAN, *Pioneer Theories of Missiology*, The Catholic University of America Press, Washington, D.C 1960, pp. 72-86.

⁶ Sobre a publicação da obra em 1590, demais edições e traduções para outras línguas, nos séculos 16 e 17, cfr. C. R. MARKHAM, «Introduction», in J. de ACOSTA, *The Natural & Moral History of the Indies*, Edited, with Notes and Introduction, by C. R. MARKHAM, Printed for the Hakluyt Society, London 1880 (Reprinted from the English Translated Edition of E. GRIMSTON, 1604).

⁷ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, *Cronicas de America*, 34) *Historia* 16, Madrid 1986, cit., III,ix, pp. 172-177: «De algunos efectos maravillosos de vientos en partes de Indias». Cfr. também K. MILLS, «La traversée du désert de Pariacaca par Diego de Ocaña, 1603», in Ch. de CASTELNAU-L'ESTOILE – M.-L. COPETE – A. MALDAVSKI – I. G. ZUPANOV (eds.), *Missions d'évangélisation et circulation des savoirs XVIe-XVIIIe siècle*, Casa de Velázquez, Madrid 2011, pp. 435-442

⁸ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., IV,xl, pp. 301-302.

⁹ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., I,xvi, pp. 102-104.

¹⁰ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., II,vi, pp. 134-136; III,xviii, pp. 195-198.

¹¹ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., I,xvi-xx, pp. 100-114; I,xxii, pp. 117-119 (a linhagem original dos índios americanos não provém da «Ilha de Atlântida»).

teses sobre tipos de idolatria ou de religiões pagãs e as suas causas¹²; divide os grupos «bárbaros» em três categorias de humanidade ou civilidade¹³; apresenta teses ousadas sobre a evolução dos grupos humanos ou culturas¹⁴; descreve a religião e os costumes de astecas e de incas¹⁵; traz dados sobre ventos e rios, plantas e animais, minas e metais do novo continente¹⁶.

Contudo, não é tarefa simples identificar a *concepção* de história com a qual Acosta trabalha. Ao expor brevemente a estrutura e a proposta de sua obra, cabe mostrar, neste estudo singelo, que, embora os gêneros de escritura histórica e os tipos de concepção de história adotados por Acosta não sejam em si novos, a sua obra vem a ser uma impressionante síntese de gêneros: *historia naturalis*, *historia civilis* e *historia divina*¹⁷.

2. «Natural» e «moral»

Note-se que a *Historia natural y moral de las Indias*, de Acosta, não é uma história sobre a conquista da América pelos espanhóis e, quase desnecessário dizer, não foi, *em sentido estrito*, nem a primeira nem a última história «natural» e «moral»¹⁸ sobre o Novo Mundo, ainda que contenha uma síntese explícita das

¹² Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,i-vi, pp. 311-324.

¹³ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,xix, pp. 418-420.

¹⁴ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,ii, pp. 438-440.

¹⁵ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,vii-xxxi, pp. 325-387.

¹⁶ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., III,xi-xii, pp. 179-184; III,ii-ix, pp. pp. 154-177; IV,xvi-xli, pp. 253-305 (IV,xxii, pp. 266-268, sobre o cacau e a coca); IV,ii-xv, pp. 218-253 (IV,vi-viii, pp. 228-237, sobre as minas de prata de Potosí).

¹⁷ Mesmo que não faça uso dessas expressões, pode-se encontrar esses mesmos motivos interpretativos no excelente estudo introdutório sobre a compreensão da história de José de Acosta escrito por E. O'GORMAN, «Prólogo», in ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, Fondo de Cultura Económica, México 1962, cit., pp. IX-LIII (aqui, pp. XXV-XXVI), pelo qual me oriento amplamente. De resto, essa divisão tripartite da história tem inspiração em Marcus Terentius Varro e, ao que tudo indica, é bem conhecida por Agostinho, em sua *Cidade de Deus* – obra em que a divisão serve em especial à teologia. Sobre as tipologias de narrativa histórica em Agostinho, cfr. R. BITTNER, «Augustine's Philosophy of History», in G. B. MATTHEWS (ed.), *The Augustinian Tradition*, University of California Press, Berkeley – Los Angeles – London 1999, pp. 347-351. Sobre fontes clássicas (e pagãs) do pensamento agostiniano sobre a história, cfr. também J. M. RIST, *Augustine – Ancient Thought Baptized*, Cambridge University Press, Cambridge 1994 (repr. 2000), pp. 220-225.

¹⁸ O sentido dessas expressões ou qualificações de narrativas históricas será explicitado logo abaixo.

duas formas de narrativa. Com efeito, José de Acosta figura entre um *grande* número de outros autores «cronistas» e / ou «historiadores», em uma época em que a narrativa escrita da história, sobretudo na primeira das duas formas citadas – e, além disso, em particular na forma de crônicas das conquistas militares dos espanhóis –, proliferou-se de maneira notável.

Assim, por exemplo, (i) Gonzalo Fernández de Oviedo Valdés (1478 – 1557), militar, escritor, cronista e colonizador espanhol, publicou em 1535 (em Sevilha) a primeira parte de sua (mais famosa obra) *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra firme del mar océano*, que relataria, em sua totalidade e em caráter eminentemente cronístico, acontecimentos passados nas Índias de 1492 a 1549¹⁹. Devido à morte de Oviedo Valdés em 1557, a publicação da segunda parte da obra só teve vez – incrivelmente – no século 19. Mesmo trazendo uma detalhada história natural, a obra de Oviedo Valdés não contém, rigorosamente, uma história moral, porque, sendo de fato partidário das teses de Juan Ginés de Sepúlveda acerca da condição natural dos indígenas²⁰, Oviedo Valdés via nos mesmos meros «homúnculos», seres presos a defeitos e limitações tão graves e irremediáveis que seria impossível a sua convivência com os espanhóis ou até mesmo uma conversão consciente e por movimento próprio à fé cristã, motivo pelo qual defendeu a continuidade das *encomiendas*, a escravização a partir de guerras «justas» e as conquistas. (ii) Um segundo exemplo, que contém em parte uma história moral, é a obra – em nada sistemática – do franciscano Toribio de Benavente (1482 – 1568), o Motolinia, que em 1541 tornou pública a sua *Relación de los ritos antiguos, idolatrías y sacrificios de los indios de esta Nueva España, y de la maravillosa conversión que Dios en ellos ha obrado*²¹. Nela se

¹⁹ A obra *Sumario de la natural historia de las Indias*, de 1526, que de fato anuncia a *Historia* posterior, possui edições modernas; cfr., por exemplo, G. FERNÁNDEZ DE OVIEDO VALDÉS, *Sumario de la natural historia de las Indias*, Red-Ediciones, Barcelona 2011. Cfr. também G. FERNÁNDEZ DE OVIEDO VALDÉS, *Historia general y natural de las Indias, islas y tierra firme del mar océano*, Real Academia de Historia, Madrid 1854.

²⁰ Cf. J. G. de SEPÚLVEDA, *Demócrates Segundo o De las justas causas de la guerra contra los indios*, edición crítica bilingüe, traducción castellana, introducción, notas e índices por Á. LOSADA, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Francisco de Vitoria, Madrid 1984, pp. 1-43; cf. também T. A. MARCOS, «Introducción – Ideología del «Demócrates Segundo»», in J. G. de SEPÚLVEDA, *Demócrates Segundo o De las justas causas de la guerra contra los indios*, edición crítica bilingüe, traducción castellana, introducción, notas e índices por Á. LOSADA, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Instituto Francisco de Vitoria, Madrid 1984, pp. XXXIII-XLIV.

²¹ Cfr. também T. MOTOLÍNIA, *Historia de los indios de la Nueva España*, edición de J. G.

pode perceber tanto um relato favorável à «conquista» do México por Hernán Cortés, devido à sua suposta finalidade de «conquista espiritual», quanto um poder de narrar a história e a cultura dos astecas – ou, antes, dos «nahuas» (ou ainda «nahuatlas») –, a evangelização dos povos indígenas incluindo o sistema das *encomiendas* e uma polémica de desfavorecimento ao método de missão e anticolonialismo de Bartolomeu de Las Casas O.P. (1474 – 1566)²².

(iii) Um terceiro exemplo é a *Historia general de las Indias* ou ainda *Historia de la conquista de México*, escrita por Francisco López de Gómara (ca. 1511 – ca. 1556), com caráter de reportagem a partir dos relatos dos protagonistas históricos, em que são relatados os sucedimentos que se passaram durante a conquista do México. A obra foi impressa pela primeira vez em 1552, em Zaragoza, e em seguida editada de novo, com diversos adendos; contudo, a sua impressão e distribuição caiu sob proibição real na Espanha, no final de 1553, ao que parece devido à abusiva glorificação de Hernán Cortés – e aos equívocos históricos decorrentes dos relatos pessoais tendenciosos que lhe serviram de base²³ –, ficando ela disponível aos leitores só em edições estrangeiras e em outras línguas. Em função da sua proibição, compreende-se que José de Acosta não a cite e, muito provavelmente, não a conhecesse²⁴. (iv) Um quarto e, aqui, último exemplo é a obra do egresso da Universidade de Salamanca, Bernardino de Sahagún O.F.M. (ca. 1499 – 1590), ou seja, a *Historia general de las cosas de la Nueva España*, completada como manuscrito provavelmente em 1577²⁵. Essa *Historia*, beneficiada pela presença de Bernardino de Sahagún na Nova Espanha desde 1529, possui um profundo valor descritivo e testemunhal sobre a história dos povos mexicanos, bem como sobre a sua cultura e religião²⁶ – aspectos histórico-«morais» que tiveram influência em

ICAZBALCETA, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, Alicante 2000 (publicación original Librería J. M. Andrade, México 1858).

²² Cfr. também L. G. CANEDO, «Toribio Motolinia and His Historical Writings», *The Americas* 29:3 (1973) 277-307. Cfr. ainda T. MOTOLONIA, *Carta al Emperador – Refutación a Las Casas sobre la colonización española*, introducción y notas de J. B. UGARTE, Editorial Jus, México 1949, pp. 47-101.

²³ Cfr., por exemplo, C. A. ROA-DE-LA-CARRERA, *Histories of Infamy: Francisco López de Gómara and the Ethics of Spanish Imperialism*, University of Colorado Press, Boulder 2005.

²⁴ Cfr. também F. LÓPEZ DE GÓMARA, *Historia de la conquista de México*, prólogo y estudio preliminar de J. MIRALLES OSTOS, Editorial Porrúa, México 2006.

²⁵ Cfr. também B. de SAHAGÚN, *Historia general de las cosas de la Nueva España*, Editorial Porrúa, México 1999.

²⁶ Cfr., por exemplo, M. LEÓN-PORTILLA, *Bernardino de Sahagún, Pionero de la antropología*, UNAM – El Colegio Nacional, Ciudad de México 1999; M. H. ALVIM, «Um franciscano no

um suspeito traço de inculturação em sua concepção de evangelização e método missional.

Embora possa ser enfadonho, há alguma importância, para fins de óbvia informação e acima de tudo de base interpretativa de sua concepção de história, em arrolar *algumas* das obras escritas em seu tempo das quais José de Acosta se serve de maneira explícita – para esse propósito, baseio-me inteiramente nos estudos de Edmundo O’Gorman. Com efeito, haverá destaque às «histórias naturais», que à época efetivamente se multiplicavam: (a) *La araucana*, de Alonso de Ercilla y Zúñiga (1533 – 1594); (b) os *Cuatro libros de la naturaleza y virtudes medicinales de las plantas y animales de la Nueva España*, de Francisco Hernández (1514 – 1578); (c) a *Primera y segunda y tercera partes de la historia medicinal de las cosas que se traen de nuestras Indias Occidentales que sirven de medicina*, de Nicolás Monardes (1493 – 1588); (d) a *Nova plantarum, animalium et mineralium mexicanorum historia a Francisco Hernández... primum compilata, deinde a Nardo Antonio Reccho in volumen digesta*, de Antonio Nardo (século 16); (e) *La relación y comentarios del gobernador de lo acaecido en las dos jornadas que hizo a las Indias*, Alvar Núñez Cabeza de Vaca (ca. 1488/1490 – ca. 1557/1558); (f) o *De rebus gestis Emmanuelis*, de Jerónimo Osorio (1506 – 1580); (g) a *Información acerca de la religión y gobierno de los Incas, seguida de las instrucciones de los Concilios de Lima*, de Juan Polo de Ondegardo y Zárate († 1575); (h) a *Memoria de la averiguación que hizo sobre la mina de Potosí* (1574), de Francisco Álvarez de Toledo (1515 – 1582, «Virrey del Perú», no período 1569 – 1581); (i) os manuscritos de Juan de Tovar S.J. (ca. 1543 – 1623), como a autoridade principal sobre a história dos mexicanos e tipificando um sentido «indigenista» na narrativa da cultura asteca e da perspectiva do relato dos confrontos entre mexicanos e espanhóis. É, contudo, inteiramente justo advertir que Acosta baseia a sua história natural e moral em observações próprias e em testemunhos, mais ou menos diretos, que julga verossímeis²⁷.

Especificamente, então, em que «história» consiste a obra de Acosta? Como mostrou Edmundo O’Gorman, seja dito que é conservadora a erudição de Acosta

Novo Mundo – Frei Bernardino de Sahagún e sua *Historia general de las cosas de Nueva España*», *Estudios Ibero-Americanos* 31 (2005) 51-60; M. H. ALVIM, «Cultura, conhecimento e evangelização: a obra de Frei Bernardino de Sahagún», *Tempo* 19:34 (2013) 135-146.

²⁷ Para todo esse parágrafo, cfr. E. O’GORMAN, «Apéndice Segundo: autores y libros citados por el P. José de Acosta en la *Historia natural y moral de las Indias*», in ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, Fondo de Cultura Económica, México 1962, cit., pp. LXV-LXXIV.

sobre a história *natural*²⁸, a saber, a parte da «história» que é uma narrativa compreensiva da natureza, um dos dois grandes âmbitos de narrativa sobre o mundo – no caso, o mundo físico e biológico, em diferença ao mundo das coisas feitas pelos seres humanos ou, simplesmente, *moral*. José de Acosta se vale, sem uma adesão radical ou unilateral, mas sob um sentido explícito de autoridade, de obras de Aristóteles – aquelas que são (inequivocamente) citadas são: *De caelo*, *Metaphysica*, *Ethica ad Nicomachum*, *De partibus animalium* e *Meteorologia* –, de Plínio Segundo ou Plínio, o Velho (23 – 79), isto é, a sua *Naturalis historia*, e de demais autores clássicos, de Pais da Igreja e das Escrituras²⁹. Acosta não mostra qualquer conhecimento, por exemplo, da obra de Nicolau Copérnico, *De revolutionibus orbium caelestium*, publicada em 1543, ou seja, 47 anos antes da data de publicação da *Historia natural y moral de las Indias*³⁰. Nesta obra, dividida em sete Livros, os quatro primeiros são relativos à natureza³¹, os três últimos ao ser humano³². O Livro Primeiro (dividido em 25 capítulos) compraz três grandes assuntos³³: um «cosmográfico», em que o *geocentrismo* é ratificado³⁴; um «geográfico», em que os hemisférios e as partes do mundo são tematizados³⁵; um «geoantropológico», em que se discute o mundo habitado, em especial a origem do ser humano – mas também dos animais³⁶ – na América. O Livro Segundo (dividido em 14 capítulos) aborda o tema da «zona tórrida» ou interna à zona «equinocial», entendida como fundamental para ganhar entendimento da natureza

²⁸ Cfr. E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., p. XXV.

²⁹ Cfr. E. O’GORMAN, «Apéndice Segundo: autores y libros citados por el P. José de Acosta...», cit., pp. XXV-XXVI.

³⁰ Cfr. E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., p. XXV, incluindo a nota 49.

³¹ Cfr. também E. ALVAREZ LOPEZ, «La filosofía natural en el Padre José de Acosta», *Revista de Indias* 4:12 (1943) 305-322.

³² Cfr. E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XXVII-XXVIII.

³³ Cfr. E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XXVIII-XXIX.

³⁴ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., I,iii, pp. 67-71: «Que la *Sagrada Escritura* nos da a entender que la tierra está en medio del mundo».

³⁵ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., I,vi, pp. 74-77: «Que el mundo hacia ambos polos tiene tierra y mar».

³⁶ Cfr., por exemplo, Cf. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., I,xi, pp. 88-92: «Que se halla en los antiguos alguna noticia de este Nuevo Mundo»; I,xvi, pp. 100-104: «De qué modo pudieron venir a Indias los primeros hombres, y que no navegaron de propósito a estas partes»; I,xx, pp. 111-114: «Que con todo eso es más conforme a buena razón pensar que vinieron por tierra los primeros pobladores de Indias»; I,xxi, pp. 114-117: «En qué manera pasaron bestias y ganados a las tierras de Indias»; I,xxv, pp. 123-125: «Qué es lo que los indios suelen contar de su origen». Entre as dificuldades insolúveis está justamente a pergunta sobre como pode haver, nas Índias, animais que não existem em outras partes.

animal, vegetal e física do Novo Mundo³⁷, em que, «rindo-se» de Aristóteles³⁸, defende Acosta a (e explica as condições da) habitabilidade do mesmo³⁹. O Livro Terceiro (dividido em 27 capítulos) é um livro sobre o mundo físico sublunar, a saber, sobre os quatro elementos e os seus fenômenos característicos no Novo Mundo (em especial no Peru e na Nova Espanha)⁴⁰. O Livro Quarto (dividido em 42 capítulos) é a mais direta descrição dos reinos da natureza; ali, José de Acosta versa sobre os metais⁴¹, as plantas⁴² e os animais⁴³ do Novo Mundo.

³⁷ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., II,i, p. 127: «Qué se há de tratar de la naturaleza de la Equinocial».

³⁸ De fato, mesmo que inteiramente pertencente ao tomismo humanista de seu tempo, é correto destacar o poder, por José de Acosta, de correção de visões tradicionais – em especial de obras e autores cercados de «autoridade» – sobre a natureza. Essa capacidade se desdobra em especial devido ao fato de Acosta efetivamente articular com extremo cuidado aquilo que a sua experiência local e as decorrentes descobertas impõem à sua visão de mundo; cfr. sobre isso W. J. JENNINGS, *The Christian Imagination. Theology and the Origins of Race*, Yale University Press, New Haven – London 2010, pp. 84-102.

³⁹ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., II,iii, pp. 129-130: «Que la tórrida zona es humidísima; y que en esto se engañaron mucho los antiguos»; II,vi, pp. 133-136: «Que la tórrida tiene gran abundancia de aguas y pastos, por más que Aristóteles lo niegue»; II,viii, pp. 139-140: «En qué manera se haya de entender lo que se dice de la tórrida zona»; II,xiv, pp. 150-151: «Que en la región de la Equinocial se vive vida muy apacible».

⁴⁰ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., III,ii, pp. 154-158: «De los vientos y sus diferencias y propiedades y causas en general»; III,viii, pp. 170-172: «De las excepciones que se hallan en la regla ya dicha, y de los vientos y calmas que hay en mar y tierra»; III,x, pp. 177-179: «Del océano, que rodea las Indias, y de la mar del norte y del sur»; III,xvi, pp. 190-193: «De las lagunas y lagos que se hallan en Indias»; III,xviii, pp. 195-198: «De ríos»; III,xix, pp. 198-200: «De la cualidad de la tierra de Indias en general»; III,xxiv, pp. 209-211: «De los volcanes o bocas de fuego»; III,xxvi, pp. 212-214: «De los temblores de tierra».

⁴¹ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., IV,ii, pp. 218-221: «De la abundancia de metales que hay en las Indias occidentales»; IV,iv, pp. 223-226: «Del oro que se labra en Indias»; IV,v, pp. 226-228: «De la plata de Indias»; IV,xiv, pp. 249-251: «De las esmeraldas»; IV,xv, pp. 251-253: «De las perlas».

⁴² Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., IV,xvi, pp. 253-256: «Del pan de Indias y del maíz»; IV,xviii, pp. 258-259: «De diversas raíces que se dan en Indias»; IV,xxii, pp. 266-268: «Del cacao y de la coca»; IV,xxvii, pp. 274-276: «De diversas flores y de algunos árboles que solamente dan flores, y cómo los indios las usan»; IV,xxx, pp. 280-283: «De las grandes arboledas de Indias, y de los cedros, y ceibas, y otros árboles grandes»; IV,xxxii, pp. 284-287: «De uvas, y viñas y olivas, y moreras y cañas de azúcar».

⁴³ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., IV,xxxiii, pp. 287-289: «De los ganados ovejuno y vacuno»; IV,xxxv, pp. 291-292: «De aves que hay de acá, y cómo pasaron allá en Indias»; IV,xxxvi, pp. 293-294: «Cómo sea posible haber en Indias animales que no hay en otra parte del mundo»; IV,xli, pp. 302-305: «De los pacos y guanacos, y carneros del Pirú».

Até esse ponto, o programa de José de Acosta, tanto em forma quanto em estilo, assemelha-se à *Naturalis historia* assim como proposta – em consonância com fontes gregas como aquela de Aristóteles, que tinha em vista uma erudição completa sobre a natureza ou uma «polyhistorie»⁴⁴ –, no contexto do estoicismo clássico-tardio, por Plínio Segundo (Plínio, o Velho), a quem Acosta, de fato, cita abundantemente⁴⁵. Nesse caso, a «história natural», com o significado básico de «descrição» sistemática da natureza, designou – mediada também por edições gregas e latinas ou também em línguas vernaculares de obras como as de Cícero, Lucrécio, Estrabão, Filo de Alexandria, Plínio Segundo, Pompônio Mela, Galeno, Ptolomeu e muitos outros –, ainda no século 18, a «erudição» acerca do mundo natural⁴⁶, sugerindo saberes que, nos dias de hoje, teriam lugar em disciplinas como geografia, botânica, zoologia e geologia.

De todo modo, impõe-se, aqui, uma reflexão importante sobre a compreensão que Acosta tinha de sua realização como «historiador» e «cronista». Mesmo sendo concedida a sua filiação a uma tradição de «história natural», Acosta, em seu «Proêmio ao leitor», faz ao menos duas alegações de originalidade historiográfica – uma terceira, que é uma interpretação que compartilho, será anotada nas «Considerações finais» (abaixo). Acosta entende que, mesmo havendo predecessores com respeito à descrição informada da natureza, é mérito particular seu a oferta (i) de «causas e razão» com respeito aos fatos da natureza e também – como se explanará a seguir – (ii) de narrativa sobre os «feitos e a história» dos «índios antigos e naturais habitantes do Novo Orbe»:

Do *Novo Mundo* e das Índias Ocidentais escreveram muitos autores diversos livros e crônicas, em que dão notícia das coisas novas e estranhas que foram descobertas naquela parte, e dos feitos e sucessos dos espanhóis que as conquistaram e povoaram. Mas, até agora não vi autor que tratasse de declarar as causas e a razão de tais novidades e estranhezas da natureza, nem que tenha feito discurso e inquisição nessa parte, nem tampouco deparei-me com livro cujo argumento seja os feitos e a história dos próprios índios antigos e naturais habitantes do

⁴⁴ Cfr. F. P. HAGER, «Geschichte, Historie. I – Antike», in J. RITTER und K. GRÜNDER (Hrsg.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Schwabe & Co. Verlag, Basel – Stuttgart, Band 3, 1976, p. 344.

⁴⁵ Cfr. a informação oferecida por E. O'GORMAN, «Apêndice Segundo: autores y libros citados por el P. José de Acosta...», cit., p. LXXI.

⁴⁶ Cfr. G. BÖHME, «Geschichte der Natur», in J. RITTER und K. GRÜNDER (Hrsg.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Schwabe & Co. Verlag, Basel – Stuttgart, Band 3, 1976, pp. 399-401.

Novo Orbe. Na verdade, ambas as coisas trazem dificuldade não pequena. A primeira, por serem coisas da natureza que saem da filosofia antigamente recebida e praticada, como é o fato de ser a região que chamam de Tórrida muito úmida e, em partes, muito temperada, e de chover nela quando o sol está mais próximo, e coisas semelhantes. E os que escreveram sobre as Índias Ocidentais não professaram tanta filosofia, nem mesmo a maioria deles fez advertências de tais coisas. A segunda, de tratar [esta *Historia*] de feitos e da história própria dos índios, [isso] requeria muito trato e muito intrínseco [contato] com os próprios índios, de que careceram a maioria dos que escreveram sobre as Índias, ou por não saberem a sua língua ou por não cuidarem de saber das suas antiguidades; assim, contentaram-se em relatar algumas coisas superficiais⁴⁷.

Ainda a seguinte passagem merece menção explícita, seguida de algumas ponderações:

De forma que, ainda que o Mundo Novo já não seja novo, senão velho, uma vez que já muito se disse e escreveu sobre ele, parece-me, todavia, que de alguma maneira se poderá considerar esta *Historia* nova, por ser justamente história e em parte filosofia, e por ser não só das obras da natureza, mas também das [obras] do livre-arbítrio, que são os feitos e os costumes dos homens. Donde me pareceu dar-lhe o nome de *Historia natural y moral de las Indias*, abraçando com esse intento ambas as coisas⁴⁸.

Visivelmente, o esforço de dar «as causas e a razão» de fatos da natureza é entendido por Acosta como aspecto «filosófico», para além do histórico-descritivo em sua obra. E além da alegação de novidade no esforço explanatório sobre os aspectos da natureza do Novo Mundo – esforço esse que não será esmiuçado neste estudo –, Acosta alega, pois, ser *inovador* com respeito à narrativa dos feitos humanos, uma vez que supostamente é inovador em não dar ênfase às crônicas das conquistas e dos feitos dos espanhóis conquistadores no Novo Mundo, mas, antes, aos feitos e sucedimentos relativos às nações indígenas, notadamente da nação e do império asteca e da nação e do império inca. Por óbvio, a alusão feita acima a outras «Histórias das Índias» torna questionável a alegação – tomada em sentido estrito, ao menos – de novidade, por parte de José de Acosta, no tocante à introdução de uma perspectiva *indigenista* de narrativa histórica⁴⁹.

⁴⁷ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., «Proêmio ao leitor», p. 57.

⁴⁸ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., «Proêmio ao leitor», p. 58.

⁴⁹ Cfr. também J. ALCINA FRANCH, «Introducción», cit., pp. 30-31. Sobre a diferença entre «indigenismo» (perspectivismo desde a história dos próprios índios) e «indianismo» (autonomia e preservação do que é próprio do índios americanos), cfr. id. *ibid.*, pp. 31-32.

Já não é difícil perceber, pois, que a «história moral», que também tem como título «as obras do livre-arbítrio», trata dos *habitantes* do Novo Mundo, da história dos antigos peruanos e dos antigos mexicanos: em resumo, «de seus costumes e feitos» – em que, explicitamente, Acosta prescinde de escrever sobre «o que os espanhóis fizeram naquelas partes» e mesmo daquilo que «os servos do senhor [os missionários e os sacerdotes] trabalharam e frutificaram»⁵⁰. Com efeito, ao tratar da história dos povos do México e do Peru, Acosta trata de direcionar tudo o que entre eles se fez e passou para as «portas do evangelho», mesmo porque tanto a história real desses povos se encaminha para o anúncio do evangelho como porque a história então escrita deveria auxiliar para a tarefa de evangelização, «para que o espiritual e cristão se plante e acrescente»⁵¹ – e isso, mesmo que publicado anteriormente, estaria concretamente apresentado em *De procuranda indorum salute*. Assim, no Livro V (dividido em 31 capítulos), tem-se um tratado sobre a religião dos povos aborígenes, explanando a sua idolatria⁵² – contendo em especial uma instigante abordagem de dois gêneros de idolatria, uma «acerca de coisas naturais» e outra pertencendo «à invenção humana»⁵³ –, o conhecimento natural que os aborígenes tinham de Deus⁵⁴, os seus ritos e sistemas religiosos⁵⁵. Tais informações foram consideradas extremamente úteis para o trabalho missionário, no intuito de os missionários reconhecerem idolatrias

⁵⁰ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V, pp. 309-310: «Prólogo a los libros siguientes».

⁵¹ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V, p. 310.

⁵² Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,i, pp. 311-313: «Que la causa de la idolatría há sido la soberbia y envidia del demonio».

⁵³ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,ii, pp. 313-314: «De los géneros de idolatrías que han usado los indios»; V,iv, pp. 316-319: «Del primer género de idolatría de cosas naturales y universales»; V,vi, pp. 322-324: «De outro género de idolatría con los defuntos»; V,x, pp. 333-334: «De un extraño modo de idolatría que usaron los mexicanos»; V,xii, pp. 335-337: «De los templos que se han hallado en las Indias».

⁵⁴ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,iii, pp. 314-316: «Que en los indios hay algún conocimiento de Dios».

⁵⁵ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,viii, pp. 326-328: «Del uso de mortuorios que tuvieron los mexicanos y otras naciones»; V,xi, pp. 334-335: «De cómo el demonio ha procurado asemejarse a Dios en el modo de sacrificios, y religión y sacramentos»; V,xiv, pp. 340-341: «De los sacerdotes y oficios que hacían»; V,xvi, pp. 343-346: «De los monasterios de religiosos que tiene el demonio para su superstición»; V,xviii, pp. 348-350: «De los sacrificios que al demonio hacían los indios, y de qué cosas»; V,xix, pp. 351-352: «De los sacrificios de hombres que hacían»; V,xxiii, pp. 360-361: «Cómo el demonio ha procurado remedar los sacramentos de la santa Iglesia»; V,xxvii, pp. 372-374: «De otras ceremonias y ritos de los indios, a semejanza de los nuestros».

vigentes e remanescentes e compararem, para fins de persuasão e substituição, as religiões em confronto⁵⁶.

No Livro VI (dividido em 28 capítulos), tem-se um relatório detalhado sobre a cultura⁵⁷, as formas de organização social⁵⁸ e a história étnica e política de incas e mexicanos (astecas)⁵⁹, em que se depõe a favor da plena racionalidade dos indígenas⁶⁰ – ainda que, em um relato que vai da constatação de impérios «monárquicos» (que, no México asteca, tinha sucessão por eleição e, no Perú inca, sucessão por hereditariedade), passando por formas de oligarquia partilhada (*ad hoc* ou não, com líderes guerreiros de ocasião ou mais fixos) até a franca ausência de qualquer autoridade representativa⁶¹, José de Acosta registre com clareza a sua convicção e o seu reconhecimento de três estágios de humanidade ou de civilização em diferentes grupos indígenas⁶² ou de «bárbaros»⁶³. Cabe recordar, com ênfase, que esses estágios não são fixos ou «naturais» como no sentido encontrado na *Política* de Aristóteles sobre um «barbarismo» ou

⁵⁶ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,xxxi, pp. 386-387: «Qué provecho se ha de sacar de la relación de las supersticiones de los indios». Sobre as idolatrias, cfr. também J. de ACOSTA, *De procuranda indorum salute – 2. Educación y Evangelización*, (Corpus Hispanorum de Pace, XXIV) Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid 1987, V,ix-xiii, pp. 247-291.

⁵⁷ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,ii, pp. 391-392: «De modo de cómputo y calendario que usaban los mexicanos»; VI,iii, p. 393: «Del modo de contar los años y meses que usaron los ingas»; VI,iv, pp. 394-395: «Que ninguna nación de indios se ha descubierto que use de letras»; VI,viii, pp. 401-403: «De los memoriales y cuentas que usaron los indios del Pirú»; VI,x, p. 404: «Cómo enviaban los indios sus mensajeros».

⁵⁸ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,xi, pp. 405-406: «Del gobierno y reyes que tuvieron»; VI,xii, pp. 406-408: «Del gobierno de los reyes ingas del Pirú»; VI,xv, pp. 411-414: «De la hacienda del Inga, y orden de tributos que impuso a los Indios»; VI,xviii, pp. 416-418: «De las leyes y justicia y castigo que los Ingas pusieron y de sus matrimonios».

⁵⁹ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,xix, pp. 418-420: «Del origen de los Ingas, señores del Pirú, y de sus conquistas y victorias»; VI,xxiii, pp. 425-426: «De los últimos sucesores de los Ingas»; VI,xxiv, pp. 426-428: «Del modo de república que tuvieron los mexicanos».

⁶⁰ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,i, pp. 389-390: «Que es falsa la opinión de los que tienen a los indios por hombres faltos de entendimiento».

⁶¹ Cfr. novamente ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,xi, pp. 405-406: «Del gobierno y reyes que tuvieron».

⁶² Cfr. novamente ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VI,xix, pp. 418-420: «Del origen de los Ingas, señores del Pirú, y de sus conquistas y victorias».

⁶³ Esses três estágios são apresentados também in ACOSTA, *De procuranda indorum salute – 1. Pacificación y colonización*, cit., Proemio, pp. 61-71.

«escravidão» natural⁶⁴, mas antes registrados como causalmente devidos aos costumes herdados e ao padrão de educação⁶⁵. No Livro VII (dividido em 28 capítulos), que em realidade consiste em uma inserção posterior⁶⁶, mas, não obstante isso, de profunda importância para a concepção final de sua *Historia natural y moral de las Indias*, Acosta discorre sobre as sequências migratórias das sete tribos nahuatlas⁶⁷, indo da supremacia da sétima (a mexicana ou asteca)⁶⁸ até a tomada da Ciudad de México por Hernán Cortés⁶⁹. Acosta afirma que os milagres auxiliaram na vitória do cristianismo sobre a idolatria, na América, e propõe explicitamente uma leitura «providencialista» do encadeamento de três séculos de ações que levou à ascensão e queda do poder asteca⁷⁰.

⁶⁴ Cfr. Aristoteles, *Politik*, Übersetzung von F. SUSEMHL, mit Einleitung, Bibliographie und zusätzlichen Anmerkungen von W. KULLMANN, Rowohlt, Reinbek bei Hamburg ³2009, I 4-7. Cf. também O. HÖFFE, *Aristoteles*, Beck, München ³2006, pp. 255-257; R. GEIGER, «doulos / Sklave», in O. HÖFFE (Hrsg.), *Aristoteles-Lexikon*, Alfred Kröner Verlag, Stuttgart 2005, p. 136; G. TOSI, *La teoria della schiavitù naturale nel dibattito sul Nuovo Mondo (1510-1573)*. «*Veri domini*» o «*servi a natura*»? Edizioni Studio Domenicano, Bologna 2002, pp. 40-55; G. TOSI, «Aristóteles e a escravidão natural», in *Boletim do CPA (UNICAMP)*, VIII/15 (2003) 71-99; H. D. SMITH, «Aristotle's Theory of Natural Slavery», in D. KEYT and F. D. MILLER, *Companion to Aristotle's Politics*, Blackwell, Oxford 1991, pp. 142-155.

⁶⁵ Cfr., por exemplo, JOSÉ DE ACOSTA, *De procuranda indorum salute – I. Pacificación y colonización*, cit., I,vii, pp. 137-149.

⁶⁶ Reconhecidamente, com transcrições literais da obra de Juan de Tovar S.J., a saber, sua *Segunda Relación...* ou o «Código Ramírez», que, por sua vez, teve como base redacional a obra de Diego Durán, a saber, *Historia de las Indias de Nueva España y Islas de Tierra Firme*. O anacronismo e a precipitação opinativa de ver aqui um caso de «plágio» foram esmiuçados por E. O'GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XII-XXIII.

⁶⁷ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,i, pp. 437-438: «Que importa tener noticias de los hechos de los indios, mayormente de los mexicanos»; VII,iii, pp. 440-443: «Cómo los seis linajes nauatlacas poblaron la tierra de México».

⁶⁸ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,iv, pp. 443-445: «De la salida de los mexicanos, y camino y población de Mechoacán»; VII,vii, pp. 448-450: «De la fundación de México»; VII,xvi, pp. 469-471: «Del quinto rey de México, llamado Motezuma, primero de este nombre»; VII,xx, pp. 478-480: «De la elección del gran Motezuma, último rey de México»; VII,xxii, pp. 482-483: «De las costumbres y grandezas de Motezuma».

⁶⁹ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,xxiv, pp. 488-491: «De la nueva que tuvo Motezuma de los españoles que habían aportado a su tierra, y de la embajada que les envió»; VII,xxv, pp. 491-494: «De la entrada de los españoles en México»; VII,xxvi, pp. 494-497: «De la muerte de Motezuma, y salida de los españoles de México».

⁷⁰ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,xxvii, pp. 497-499: «De algunos milagros que en las Indias ha obrado Dios en favor de la fe, sin méritos de los que los obraron»; VII,xxviii, pp. 499-504: «De la disposición que la Divina Providencia ordenó en Indias para la entrada en la religión cristiana en ellas». Cfr. também E. O'GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XXXI, XXXIV-XXXV.

3. Sobre o sentido da história

Caso se busque, agora, responder à pergunta pelo sentido da história, segundo José de Acosta, cabe pensar nas conexões dessas sete partes, sobretudo entre os primeiros quatro e os últimos três livros. Como mostrou Edmundo O’Gorman – em cuja acurada interpretação me oriento nesse e nos três parágrafos seguintes –, José de Acosta vê a história segundo um profundo senso de unidade. Progressivamente, a sua obra fala de *um* universo, a saber, o conjunto de toda a realidade física, de *um* globo terrestre como corpo cósmico e desse globo uno como a morada do ser humano: como «mundo» ou «ecumene»⁷¹. Em seguida, José de Acosta conecta a América, em seus elementos e em suas composições inanimadas e animadas, com esse mesmo «mundo» ou essa mesma «ecumene». Ao chegar no ser humano, não há mais apenas uma história natural, mas também de um ente dotado de livre-arbítrio, ou seja, de um ente que é efetivo sujeito de ações e de vida sob a justiça. Nesse contexto, narra-se que a cultura asteca, em especial, continha narrativas e prenúncios de uma migração definitiva de um povo, que se estenderia às suas terras e subjugaria todos os demais⁷². Para Acosta, as culturas indígenas chegavam, então, ao máximo desenvolvimento *ali* possível como grupos naturais, ainda privadas da luz da fé verdadeira. Em semelhança ao império romano, a sequência de ações e fatos fez do Novo Mundo um solo historicamente fértil à chegada do Evangelho⁷³ – não esquecendo a própria opinião de grupos locais subjugados de que havia, nos grandes «impérios» americanos, uma unidade tirânica e injusta e um esgotamento de legitimidade diante de crueldades opressoras, vistas depois como «demoníacas»⁷⁴. No hora propícia ao evangelho, a providência divina se fez presente⁷⁵.

⁷¹ Cfr. E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XXXI-XXXIII, XXXV-XXXIX.

⁷² Cfr., por exemplo ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,xxiv-xxv, pp. 483-491: «Dos presagios y prodigios extraños que acaecieron en México, antes de fenecer-se su imperio»; «De la nueva que tuvo Motezuma de los españoles que habían aportado a sua tierra, y de la embajada que le envió».

⁷³ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,xxvii, pp. 497-499: «De algunos milagros que en las Indias ha obrado Dios en favor de la fe, sin méritos de los que los obraron»; VII,xxviii, pp. 499-504: «De la disposición que la Divina Providencia ordenó en Indias para la entrada de la religión cristiana en ellas».

⁷⁴ Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., V,xx, pp. 352-355: «De los sacrificios horribles de hombres que usaron los mexicanos»; V,xxii, pp. 358-359: «Cómo ya los mismos indios estaban cansados y no podían sufrir las crueldades de sus dioses».

⁷⁵ Cfr. também E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XXXIX-XLII. Tal providencialismo, com um

É de fundamental importância perceber que José de Acosta constrói uma narrativa em que a nova parte do globo pode ser objeto de uma consideração *natural* e *moral* tal como as demais partes. Mesmo com tantas «descobertas» e relatos de «novidades» até mesmo extravagantes, a América poderia ser reduzida a constantes naturais e/ou morais do universo, do globo e do resto do mundo. De fato, especificamente o ser humano da América une o reino natural ao moral, uma vez que ele possui alma vegetativa e sensitiva, mas em especial racional e imortal, sujeita à salvação ou à condenação⁷⁶ – aspectos esses implícitos no conceito de livre-arbítrio (atribuído) e na visão teológica da natureza humana. Em especial, pois, os seres humanos do Novo Orbe, pertencentes a uma natureza universal, perfazem uma história moral como todos os outros seres humanos em outras partes. Assim, as descrições de José de Acosta, até o Livro VI de sua *Historia*, fazem uma narrativa compreensiva do lugar, da possibilidade e do fato do ser humano na parte recém descoberta de *um mesmo* mundo que já se conhece existir⁷⁷.

Contudo, é evidente que essa porção de terra do globo só é uma parte descoberta *do mundo* se ao seu elo natural-moral de ligação, o ser humano, se agregar um sentido ou uma finalidade histórica unitária. Nesse tocante, o Livro VII – de caráter providencialista – não pode ser visto como *ad hoc* ou deslocado, mas antes como a chave interpretativa do que é a história como um todo para José de Acosta. Sem ele, haveria fatos a serem descritos sobre o corpo do animal ser humano e atos humanos a serem anotados como em uma crônica extensa de fenômenos individuais e / ou coletivos historicamente isolados ou ao menos dados só em continuidades temporalmente separáveis. Acosta quer vê-los, porém, em um sentido sequencial temporal *total* e de validade universal. A razão de haver sequências de ações humanas, no tempo, está em que, no tempo, chegue-se ao momento adequado para que todos os povos racionais-morais tenham

sentido implícito de «periodização» com sentido pedagógico de decurso histórico rumo a uma maturação para a salvação possível ao ser humano, diante do anúncio do Deus trino e uno, revelado em e pelo Filho de Deus encarnado, é conhecido também pela filosofia da história de Agostinho; sobre isso, cfr. Ch. HORN, «Geschichtsdarstellung, Geschichtsphilosophie und Geschichtsbewusstsein (Buch XII 10 – XVIII)», in Ch. HORN (Hrsg.), *Augustinus – De civitate dei*, Akademie Verlag, Berlin 1997, pp. 181-187.

⁷⁶ Que a salvação dos seres humanos, meta das missões católicas, é amplamente possível e respectiva (ou inclusiva) aos habitantes do Novo Mundo, isso é detalhadamente defendido in ACOSTA, *De procuranda indorum salute – I. Pacificación y colonización*, cit., I,i-xviii, pp. 73-243.

conhecimento do Evangelho e «possam beneficiar-se dos sacramentos da Igreja, antes do fim dos tempos»⁷⁸. A história, também a dos indígenas do *Novo Mundo*, como a dos povos de tudo aquilo que é *mundo*, pode ser vista, em suas sequências, como um desenvolvimento organizado e guiado de forma providencial para a preparação ao evangelho e para o anúncio e o triunfo do evangelho⁷⁹. O sentido, enquanto finalidade, da história natural e moral não está em si mesmo, mas é providenciado pela *historia sacra sive divina*. Sem a *historia sacra sive divina*, as histórias natural e moral são eventualmente possíveis, mas perdem amplamente em significado – seja ele existencial, antropológico ou metafísico. De fato, a história natural e a história moral não seriam – sem o elo de seres humanos *com finalidade histórica* – nem sequer conectáveis claramente como uma mesma história ou duas partes de uma mesma história. O ser humano americano, porém, é colocado por Acosta na ordem e na sequência de eventos historicamente significativos, dentro de uma *mesma* imagem de *uma* história universal⁸⁰. Tem-se aqui, pois, um (iii) terceiro mérito de Acosta com respeito a conteúdos que a sua *Historia* traz – nesse caso, efetivamente – por primeiro. É arguível que esse terceiro mérito, que Acosta não identificou como item inovador de sua *Historia*, possa ser resultado de interpretação da seguinte passagem do «Proêmio»:

A finalidade deste trabalho é que, pela notícia das obras naturais que fez o Autor tão sábio de toda natureza, seja dado louvor e glória ao Altíssimo Deus, que é maravilhoso em todas as partes. E pelo conhecimento dos costumes e das coisas próprias dos índios, que eles sejam ajudados a conseguir e permanecer na graça da alta vocação do Santo Evangelho, ao qual condescendeu no fim dos séculos trazer gente tão cega, ele que ilumina desde os montes altíssimos de sua eternidade⁸¹.

Há ainda duas considerações particularmente importantes a fazer, a partir aqui. A primeira é historiográfica, a segunda é de filosofia da história – e, com

⁷⁷ Cfr. também E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XL-XLI, XLIV-XLVII.

⁷⁸ Cfr. também E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., p. XLII.

⁷⁹ Cfr. também E. O’GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XLII, XLIV, XLVII.

⁸⁰ Essa unificação da narrativa histórica traz, mais uma vez, um conteúdo amplamente presente em Agostinho; cf., novamente, Ch. HORN, «Geschichtsdarstellung, Geschichtsphilosophie und Geschichtsbewusstsein...», cit., p. 186. Para debates mais recentes sobre visões teológicas ou religiosas que concedem o sentido unificador às narrativas históricas diversas, cfr., por exemplo, W. H. DAY, *Filosofia da história*, tradução de O. S. da MOTA e L. HEGENBERG, Zahar Editores, Rio de Janeiro 21977, pp. 139-158 (uma exposição sobre a filosofia da história de Reinhold Niebuhr).

⁸¹ Cfr. ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., «Proêmio ao leitor», p. 58.

elas, alio-me a opiniões segundo as quais Acosta foi o primeiro a realizar uma *explicação* histórico-filosófica da América. José de Acosta, com a sua *Historia natural y moral de las Indias*, considerou *teoricamente*, como *filósofo-historiador*, a América como «quarta parte do mundo». Ao que tudo indica pela primeira vez – na esteira de um longo processo de «invenção» de uma nova parte do mundo individualizada, independente e diferente⁸² –, um historiador *equipara* ontologicamente a América às demais partes do mundo⁸³ e *justifica* por que motivo o mundo enquanto morada do ser humano não está mais centrado no *Orbis Terrarum* antigo, delimitado pelo oceano, mas abarca a totalidade do globo terrestre⁸⁴. E, se a semelhança *entre* e a unidade *das* partes do mundo ficam assim sustentadas no que tange à «natureza» e à «moral», cabe destacar que, curiosamente – e justamente nesse passo –, a obra de José de Acosta, que parece tão reveladora de descobertas e novidades impactantes, acaba defendendo substancialmente a unidade e identidade *de um mesmo mundo*. Ela foi escrita menos com o propósito de apontar para as diferenças e novidades que impressionam, e mais no sentido de «mundanizar» a parte descoberta do globo terrestre. É claro que a parte então encontrada do mundo era «nova», e sobretudo em sentido moral. Mas, é preciso insistir, José de Acosta, em função de seu sentido «teleológico» de continuidade histórica, vê na nova parte do globo uma oportunidade histórica de fazer esse «novo» cada vez mais mundo e parte da história *universal*, ao ressaltar a oportunidade de inserir a parte descoberta no destino espiritual do mesmo mundo de antes e de sempre⁸⁵. A radical novidade moral da América não impediu o historiador, portanto, de por em suspensão, porque, do contrário, seria carente de significação histórica verdadeira, o absolutamente peculiar ou o totalmente próprio das formas culturais dos povos americanos, da sua religião e da sua dimensão «irracional», pois, do contrário, ter-se-ia só o «novo», mas não o «mundo»⁸⁶.

⁸² Cfr. E. O'GORMAN, *La invención de América. Investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir*, Fondo de Cultura Económica, México 21977 (cuarta reimpressão), pp. 126-136 (77-136).

⁸³ Cfr. E. O'GORMAN, «Prólogo», cit., p. XLVIII-XLIX.

⁸⁴ A unidade fundamental de todas as terras não submergidas, como «mundo», ganha expressão nova na palavra «continente»; cfr. E. O'GORMAN, «Prólogo», cit., pp. XLVIII-XLIX.

⁸⁵ Destaque-se que, na historiografia do século 16, esse fenômeno de assimilação do novo à história universal ocorreu também com respeito à China; cfr. G. SCHOLTZ, «Geschichte, Historie. III – *Der Geschichte-Begriff vom Humanismus bis zur Aufklärung*», in J. RITTER und K. GRÜNDER (Hrsg.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Schwabe & Co. Verlag, Basel – Stuttgart, Band 3, 1976, pp. 352-361.

⁸⁶ Cfr. E. O'GORMAN, «Prólogo», cit., pp. L-LIII.

4. Considerações finais sobre filosofia da história

A modo de conclusão, algumas observações preliminares sobre a filosofia da história de José de Acosta podem ser anotadas. Naturalmente, essas observações ultrapassam o mero sentido descritivo da autoconcepção de Acosta, ganhando aspecto comparativo.

(a) É claro que a obra de José de Acosta contém aspectos daquilo que, na filosofia da história alemã do século 19, epitomizado em um notável ensaio (*Der sogenannte historische Jesus und der geschichtliche biblische Christus*, 1892) do teólogo protestante Martin Kähler (1835 – 1912)⁸⁷, com a palavra «Historie» (ou também «Historizität»), designava simplesmente a «história descritiva» ou o suposto relato de fatos e traços da natureza ou das ações humanas em maior ou menor escala – em que se seguiria lendo naquela palavra alemã o sentido etimológico de «informação» ou «notícia» obtida na base de informação e pesquisa, já presente na palavra grega «historía», a qual agrega o sentido de narrativa escrita⁸⁸. Contudo, a obra de José de Acosta, como um todo, é claramente uma história narrativa, porque ela dá significado aos fatos colocados em sequência significativa e até mesmo aponta para certas estruturas constantes, de causa e efeito, nas sequências de eventos⁸⁹ – havendo, dessa maneira, relatos que sugerem verdades históricas

⁸⁷ Cfr. H.-W. BARTSCH, «Geschichte/Historie», in *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, in J. RITTER und K. GRÜNDER (Hrsg.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Schwabe & Co. Verlag, Basel – Stuttgart, Band 3, 1976, pp. 398-399; C. E. BRAATEN, «Revelation, History, and Faith in Martin Kähler», in M. KÄHLER, *The So-Called Historical Jesus and the Historic Biblical Christ*, Translated, Edited, and with an Introduction by C. E. BRAATEN, Fortress Press, Philadelphia 1988, especialmente pp. 15-32.

⁸⁸ Cfr. novamente F. P. HAGER, «Geschichte, Historie. I – Antike», cit., p. 344. Cfr. também Ch. MEIER, «Geschichte, Historie. II – Antike», in O. BRUNNER – W. CONZE – R. KOSELLECK (Hrsg.), *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, Klett-Cotta, Stuttgart, Band 2, 1979, pp. 595sq.; C. OSER-GROTE, «historia / Forschung», in O. HÖFFE (Hrsg.), *Aristoteles-Lexikon*, Alfred Kröner Verlag, Stuttgart 2005, pp. 254-255.

⁸⁹ De fato, pode-se arguir que o discurso de José de Acosta sobre as sequências migratórias das sete tribos nahuatlãs, até a « mexicana », sugere padrões de causas e efeitos entre realizações e deslocamentos de grupos populacionais e modos de dominação territorial e cultural. Cfr., por exemplo, ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, cit., VII,i, pp. VII,iii, pp. 440-443: «Cómo los seis linajes nauatlacas poblaron la tierra de México»; VII,iv, pp. 443-445: «De la salida de los mexicanos, y camino y población de Mechoacán». Sobre o tema do uso de conceitos como «causa» e «efeito» ou, mais simplesmente, «juízos causais» na narrativa histórica, cfr., por exemplo, DAY, *Filosofia da história*, cit., pp. 63-71. Sobre a problemática do «pensamento

«gerais», não somente «individuais»⁹⁰. A face final da *Historia* de Acosta como *historia divina* faz da sua obra, sem dúvida, um caso de «Geschichte», a saber, história sob um horizonte vivencial e interpretativo.

(b) A estruturação da narrativa histórica de José de Acosta ainda não separa – e isso é válido de igual modo para a *realidade histórica* – a *historia sacra* da *historia profana et politica*⁹¹; no máximo, admite-se que se estaria tratando, aqui e ali, de duas perspectivas históricas «para nós». Não há em Acosta, para fins de justificação da diferenciação dessas narrativas – e de outras eventuais diferenciações –, uma discussão sobre a metodologia de obtenção da informação histórica e da identificação de eventos históricos com conteúdo objetivo. Tampouco pode ser notada em sua *Historia* a adoção do lema de que o objeto subjacente da história é só a humanidade e os seus desenlaces.

(c) O modelo de *historia divina* adotado por Acosta é patrístico-agostiniano⁹², tanto em seu aspecto providencialista como em seu aspecto salvífico – a obra *De civitate Dei*, de Agostinho, parece ser um modelo subjacente, o que viria a atestar sempre de novo a notável influência do pensamento histórico de Agostinho, de sentido unitário de sequência e coexistência histórica da humanidade, sobre o Ocidente «europeu» e «americano»⁹³ em especial. Sugerem-se, afinal, os assuntos da *historia universalis* como centrados no tempo entre a criação e o juízo final e na unidade de todo o gênero humano; desse modo, a *historia universalis* se apresenta

causal» ou «determinista» e da «objetividade» na realidade e na narrativa histórica, cfr. também o estudo clássico de R. ARON, *Introduction à la philosophie de l'histoire. Essai sur les limites de l'objectivité historique*, Librairie Gallimard, Paris 1948, pp. 157-264.

⁹⁰ Sem dúvida, a mera fixação na «Historie» ou «história descritiva» tornaria a ideia de «verdades históricas gerais» virtualmente incompreensível. Quanto a essa problemática, subjacente à discussão mais ampla sobre a conexão entre história e racionalidade, cfr. o artigo de U. DIERSE – G. SCHOLTZ, «Geschichtsphilosophie», in J. RITTER und K. GRÜNDER (Hrsg.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Schwabe & Co. Verlag, Basel – Stuttgart, Band 3, 1976, pp. 416-439.

⁹¹ A *união* de direito dessas duas perspectivas de narrativa (cfr. o parágrafo seguinte, no texto principal) é um traço marcante do pensamento de Agostinho sobre a história; cfr., novamente, R. BITTNER, «Augustine's Philosophy...», cit., pp. 347-348.

⁹² Cfr. G. SCHOLTZ, «Geschichte, Historie. II – *Der Geschichte-Begriff der Bibel, der Patristik und des lateinischen Mittelalters*», in J. RITTER und K. GRÜNDER (Hrsg.), *Historisches Wörterbuch der Philosophie*, Schwabe & Co. Verlag, Basel – Stuttgart, Band 3, 1976, pp. 345-352.

⁹³ Cfr. C. ANDRESEN, «Einführung», in Aurelius Augustinus, *Vom Gottesstaat (De civitate dei) Buch 11 bis 22*, aus dem Lateinischen übertragen von W. THIMME, eingeleitet und kommentiert von C. ANDRESEN, Deutscher Taschenbuch Verlag, München 41997, pp. XIII-XIV, XXIV-XXVI.

com uma «*humani generis [...] recta eruditio*»⁹⁴, justamente porque, passando por certos períodos e certas eras cujo sentido é designado por Deus mesmo, é-se providencialmente conduzido do temporal ao eterno⁹⁵.

(d) Em particular na sua *historia moralis (sive civilis)*, a explanação que José de Acosta oferece das ações e sequências de ações humanas acaba sempre presa a uma ideia de história com significado total, com sequências e direções orientadas, não só como mera soma e sequências de ações. Esse sentido da história universal como conjunto significativo geral de acontecimentos tem longa vida na filosofia da história, mesmo que tenha sido dessacralizado por Immanuel Kant, particularmente em seu ensaio *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, de 1784⁹⁶, em que Kant defendeu a tese de que a investigação empírica de fenômenos individuais *sozinha* não explica o surgimento de certas formas de desenvolvimento do pensamento e das atitudes humanas – a saber, de convicções e orientações morais e intelectuais – e das associações entre cidadãos, havendo tendências a serem concedidas, com sentido teleológico-causal, na história da humanidade⁹⁷. Hegel, em suas *Preleções sobre a filosofia da história*

⁹⁴ Cfr. Aurelius Augustinus, *De civitate dei – La ciudad de Dios. Obras de San Agustin XVI-XVII*, edición bilingüe, edición preparada por P. Fr. J. MORAN, O. S. A., Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid 1958, X,xiv, p. 659: «Sicut autem unius hominis, ita humanis generis, quod ad Dei populum pertinet, recta eruditio per quosdam articulos temporum tanquam aetatum profecit accessibus, ut a temporalibus ad aeterna capienda et a visibilibus ad invisibilia surgeretur; ita sane ut etiam illo tempore quo visibilia promittebantur divinitus praemia, unus tamen colendus commendaretur Deus, ne mens humana vel pro ipsis terrenis vitae transitoriae beneficiis cuiquam nisi vero animae Creatori ac Domino subderetur».

⁹⁵ Para pesar o caráter agostiniano dessa narrativa histórica, cfr. também Ch. HORN, «Geschichtsdarstellung, Geschichtsphilosophie und Geschichtsbewusstsein...», cit., pp. 178-187 (em especial pp. 182-187). Por certo, pode-se concordar, em se buscando uma classificação estrita, com a afirmação de que, cfr. C. ANDRESEN, «Einführung», cit., p. XXVI, «A «Cidade de Deus» de Agostinho não é de fato uma filosofia da história, mas um esboço histórico-teológico». Reconhecidamente, o pensamento agostiniano sobre a história, nos termos de «origem» (*exortus*), «percurso» (*procursus*) e «fim» (*debiti fines*) ganha ênfase na segunda grande parte de *De civitate dei*, a saber, Livros XI-XXII. O Livro XII, que trata das razões por que o ser humano foi criado (no tempo), é de particular importância e função sistemática; cfr. Aurelius Augustinus, *Vom Gottesstaat (De civitate dei) Buch 11 bis 22*, aus dem Lateinischen übertragen von W. THIMME, eingeleitet und kommentiert von C. ANDRESEN, Deutscher Taschenbuch Verlag, München 41997, pp. 58-106.

⁹⁶ Cfr. I. KANT, «Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht», in I. KANT, *Werkausgabe XI – Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik I*, hrsg. von W. WEISCHDEL, Suhrkamp, Frankfurt a.M. 101993, pp. 31-50.

⁹⁷ Sobre a filosofia da história de Immanuel Kant, cfr. A. W. WOOD, *Kant*, tradução de D. J. V. DUTRA, Artmed, Porto Alegre 2008, pp. 137-157.

[do mundo], editadas pela primeira vez em 1837 (por Eduard Gans)⁹⁸, fez talvez a substituição completa da *historia sacra* por noções filosóficas ou metafísicas – mesmo porque a sua filosofia da história é parte de sua filosofia política, que é, por sua vez, parte de sua filosofia do Espírito⁹⁹. Além do mais, modelos alternativos a uma filosofia da história sacra e / ou metafísica foram propostos, a título de exemplos finais, por Auguste Comte (1798 – 1857), com categorias puramente sociais e positivas, como se depreende de seu *Discours sur l'ensemble du positivisme* (1848), e por Herbert Spencer (1820 – 1903), com premissas naturalistas, das teorias evolucionárias apropriadas de Lamarck e Darwin e preenchidas por diversas interpretações muito próprias e para propósitos de elaboração teórica muito mais amplos (sociológicos, econômicos e históricos), tal como se poderia visualizar em passagens diversas de seu *System of Synthetic Philosophy* (em 10 volumes, 1862 – 1892). Mas, em especial nesses últimos dois casos, já se está muito longe da Idade Média e até mesmo da Segunda Escolástica.

⁹⁸ Cfr. G. W. F. HEGEL, *Werke 12 – Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, Suhrkamp, Frankfurt a.M. 1986, em especial «Einleitung», pp. 11-141.

⁹⁹ Cfr. também R. KOSELLECK, «Geschichte – V.2. 'Die Geschichte' als Geschichtsphilosophie», in O. BRUNNER – W. CONZE – R. KOSELLECK (Hrsg.), *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*, Klett-Cotta, Stuttgart, Band 2, 1979, pp. 671-673. Sobre a filosofia da história de Hegel, cfr., por exemplo, W. H. DAY, *Filosofia da história*, cit., pp. 99-106; F. C. BEISER, «Hegel's Historicism», in F. C. BEISER (ed.), *The Cambridge Companion to Hegel*, Cambridge University Press, Cambridge 1993 (repr. 1999), pp. 282-293; R. G. COLLINGWOOD, *A idéia de história*, tradução de A. FREIRE, Editorial Presença – Livraria Martins Fontes, Lisboa – São Paulo 1972, pp. 150-159 (sendo o próprio Collingwood, reconhecidamente, propugnador de uma filosofia idealista da história).